

nava-se (no bom sentido do termo), pelos temas de que tratava. Jamais os consi-
derava encerrados. O ter escrito dois alentados livros sobre Bartolomeu de Gus-
mão não o fez interromper estudos e pesquisas, inclusive procurando na biblio-
grafia estrangeira tudo o que pudesse interessar ao invento do nosso "Padre
Voador". Dizia mesmo que se tivesse tempo, refundiria os primeiros tomos de
sua "História Geral das Bandeiras Paulistas", em face de novas pesquisas, suas
e de outros. Ao contrário de tantos que timbram em ignorar o que outros escre-
vem, Taunay estava sempre aberto à receptividade de tudo quanto fosse bom,
viesses donde viesse. Basta ler, por exemplo, os prefácios dos diversos tomos
da "História Geral das Bandeiras". Cada um deles apresenta como que um balan-
ço crítico, um reconhecimento de tudo quanto se publicou desde o volume ante-
rior. O como em alguns casos o espaçamento entre um volume e outro foi muito
grande, os prefácios dos novos volumes vinham sempre recheados de indicações
bibliográficas, especialmente aquelas que aclaravam pontos já ventilados ou
até contradiziam algumas de suas assertivas. Mais de uma vez, como se costu-
ma dizer, deu à mão à palmatória, quando a força das pesquisas arquivais fa-
lava mais alto.

TÍTULOS PARA OS PRÍNCIPES

Rui Vieira da Cunha

É uso em famílias reinantes a atribuição de títulos nobiliárquicos a
seus membros, o que não vinga no Brasil.

Corre o boato, ac final do 1º Reinado, que os recém-chegados Marque-
ses de Loulé foram feitos Duques de Mariana. Dois estrangeiros como quaisquer
outros e sem serviços ao país, explode um pasquim, em dura crítica: "Não bas-
tam os nobres do teatro que o Executivo tem por cá feito para desonra desses
títulos, que a Constituição faculta? Ninguém deve reconhecer esses dois nobres
frescos, com que se pretende aviltar ainda mais a nobreza vil, que por aqui
existe. Respeite-se muito embora a irmã do imperante e seu cunhado, porém a
Duquesa de Mariana é irrisória, é marquesa de teatro, que só recebe atenções e
cortêsias dos comicos; e pateadas da platéia quando não faz bem a seu papel (1)

As sugestões, no 2º Reinado, se centram no Conde d'Eu, portador de
um título dado pelo avô Luís Filipe a rogo dos súditos. (2) D. Amélia, em car-
ta de Lisboa (10 de janeiro de 1865) a D. Pedro II, indica seja revivida a dig-
nidade deferida a seu irmão, em favor do Orléans, que passaria a chamar-se o
Príncipe D. Gastão, Duque de Santa Cruz. Argumenta que, com o domínio bonapar-
tista em França, esse título evita timbrar a qualidade de príncipe francês exi-
lado, como o faz o de Conde d'Eu, quando, com D. Isabel, percorrer cortes euro-
peias. E aduz comentário jurídico: "Par la constitution tu as le pouvoir de
conférer des grâces et un titre n'a rien à faire sur la ligne de succession.
Celle-ci reste ce qu'elle est mais le titre peut être conféré à qui tu veux" (3)

Sortida sem éxito a rebrotar, em diferentes moldes, depois do térmi-
no vitorioso da Guerra do Paraguai. A Princesa de Joinville escreve (Mount Le-

banon, 17 de abril de 1870) ao irmão: "Que alegrão tive eu com as excelentes notícias do fim da guerra ... Acho que as Câmaras que vão se abrir deveriam fazer uma oferta ao Gastão dando-lhe o título de Príncipe Imperial o que não pode ser feito senão por elas. É o que se pode dar como prova de gratidão da parte do país por tanta dedicação ao país. Não é assim?" (4) D. Francisca parece ter se inspirado no precedente do tratado de matrimônio (Nápoles, 26 de janeiro de 1844) entre D. Januária e o Conde d'Aquila. Conforme estipula o art. 2º, Aquila tomara o título de Príncipe Imperial que atualmente pertence a sua futura augusta esposa", mas, havendo descendência D. Pedro II, "os dois augustos esposos tomarão o título de Príncipe e Princesa do Brasil, conservando contudo o tratamento de Alteza Imperial." (5)

Emanam alternativas, ao mesmo tempo, de outras fontes. Paranhos, em carta (Assunção, 14 de abril de 1870) a Cotegipe, com nota de particular, alvitra: "Espero que o Príncipe terá um segundo título, e este não pode ser senão o de Duque da Vitória, que caberia ao nosso Marquês Caxias, se ele acabasse a guerra." (6) Varnhagen, ao cumprimentar o soberano (Viena, 20 de abril de 1870) pelo fim da guerra, adiciona: "Ouvi que V.M.I. fez o Câmara Visconde de Pelotas. De acordo com as idéias que professo, desejaria antes que chegasse a notícia de ter ele sido feito titular do Aquidavan (sic), glória da pátria, que ele ajudaria a propagar, ao menos enquanto vivesse. Pela mesma razão faço votos que o brioso general em chefe venha a entrar na Corte com algum novo título, glorioso para ele e para o patriotismo brasileiro, tal como Duque ou Príncipe de Pirabeuí ou outro semelhante." (7)

(1) O Tribuna do Povo, nº20, pp.87-88, Rio, 10 de março de 1831.

(2) Alberto Rangel, Gastão de Orléans (O Último Conde d'Eu), pp. 16-17, SP, 1935.

(3) Arquivo Grão Pará, Petrópolis. Por singular coincidência, a Condessa de Barral, preceptora de D. Isabel, tinha por marido um primo terceiro de D. Amélia - Cavaleiro de Saint-Georges, A Condessa de Barral e da Pedra Branca, in Condessa de Barral (Luísa Margarida Portugal de Barros), Cartas a Suas Majestades. 1859-1890, p. 401, Rio, 1977.

(4) Arquivo Grão Pará, Petrópolis.

(5) Arquivo Nacional - Cód. 565, vol.1, fls.85-143, scilicet 88 verso, 97 e 135. Cf. nosso Do Título Imperial de D. João VI, in Mensário do Arquivo Nacional, ano VII, nº8, pp. 14-21, Rio, agosto, 1976.

(6) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-Arquivo Particular do Barão de Cotegipe.

(7) Francisco Adolfo de Varnhagen, Correspondência Ativa (coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa), nº158, p.342. Rio, 1961.

Anos depois, endereçando-se ao Conde d'Eu (Paris, 30 de janeiro de 1878), a Condessa de Barral, talvez inspirada na tradição gaulesa, considera o nome de família dos filhos de D. Isabel e a conveniência de um título para o segundo gênito, D. Luís, como Príncipe da Bahia, do Amazonas ou qualquer outra pela denominação. (8) Recordemos que, ao discutir-se o dote de D. Januária, o projeto adotado no Senado (5 de junho de 1840) insere que seu esposo "terá o título de Príncipe do Oiapoque, e o tratamento de Alteza." (art.10). José Clemente Pereira alerta a Câmara (8 de agosto) para a necessidade de emendá-lo, sendo essa "disposição hoje inadmissível, porque ao imperador compete conceder títulos, honras e distinções, e não ao corpo legislativo, como durante a regência." As Comissões reunidas de Diplomacia e Orçamento opinam por suprimir o art. 10, a 21 de agosto, como votado a 25 e finalmente aprovado seis dias depois. (9)

Mas tudo isso está fadado a não prosperar. Conservam-se na Casa Imperial, informa-nos o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, notícias vagas do título ducal para seu avô, o Conde d'Eu, e das dúvidas protelatórias de D. Pedro II no tangente à efetivação da honraria. O Magnânimo também se mostra insensível à idéia aventada pela Barral e não trilha a rota do pai, criador de uma apelação ducal, transbordante de reminiscências históricas, para os segundões reais lusitanos. (10)

A resistência algo enigmática do Imperador talvez melhor se compreenda se estudada no campo do exercício do poder político. Cogita, começando a reinar, de regulamento para a Casa Imperial, o que pensa "muito necessário" (11) A idéia, sem prosseguimento, daria ao Poder Moderador infra-estrutura própria. A tendência a predominar é outra e continua em vigor o velho regimento do Mor-domo-Mor, com ajustes atualizadores. A Coroa, silenciosa e mansamente, renuncia a cercar-se de lealdades particulares para qualificá-las no âmbito do serviço público. (12)

(8) Arquivo Grão Pará, Petrópolis.

(9) Anais da Câmara dos Deputados - 1840, vol. II, pp.551,677,716 e 798, Rio, 1884.

(10) Cf. nosso D. Pedro I e o Título de Duque do Porto, in Mensário do Arquivo Nacional, ano XI, nº 124, pp.8-10, Rio, abril 1980, reeditado in Armas e Troféus, V Série, Tomo VI, nº 1-3, pp. 139-141, Lisboa, 1985/6.

(11) Hélio Viana, D. Pedro I e D. Pedro II. Acréscimos às suas biografias, pp. 284-186, Sp, 1966.

(12) Cf. nosso Regulamento da Casa Imperial, in Democracia Coroada, ano IV, nº 19, p.7, Rio, junho 1983.